

**SUB-TEMA: 10 - Territórios juvenis – o rural e o urbano**

A APROPRIAÇÃO JUVENIL DA CIDADE E SEU REFLEXO NOS ATOS INFRACIONAIS

Marina Lopes Barbosa (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Muito se fala a respeito de juventude. Mas, quando se fala em jovens de quem estamos realmente falando? Os estudos a respeito desse tema se iniciam na década de 60 e 70, com uma discussão sobre como *são* os jovens, enquanto a discussão sobre *o que é* a juventude se inicia na década de 90. Inicialmente, a juventude é um conceito que só existe para as famílias mais elitizadas, cabendo aos jovens pobres o rótulo de marginalizados. Foracchi, autora que estuda juventude, classifica os jovens como sendo contestadores, devido ao contexto da ditadura. Já Mannheim afirma que a juventude não é conservadora ou progressista por si só, mas sim devido a um contexto social e coloca a juventude como sendo uma fase de transição para a vida adulta. Para o estudo aqui apresentado consideraremos juventude como sendo um momento de transição e a entenderemos como uma categorial social e heterogênea, utilizando assim o conceito de “juventudes” adotado por Groppo.

Se faz necessário discutir um pouco sobre o fenômeno de territorialização das cidades e o reflexo nos jovens. Vivemos um período onde a cidade cresce e se torna cada vez mais pobre. Dificultando que o jovem de periferia transite pela cidade. Fato que favorece a rotulação desses jovens vistos como jovens pobres, marginalizados.

O presente resumo é produto de uma análise a respeito dos resultados obtidos em um estudo exploratório realizado pelo grupo de pesquisa da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Tal pesquisa teve como objetivo traçar um perfil dos adolescentes que cometem atos infracionais, além de mensurar suas condições de vida e as circunstâncias dos atos. Como instrumento para a coleta de dados foi elaborado um questionário, preenchido a partir das informações contidas nos autos consultados no Ministério Público. Participaram da coleta de dados as bolsistas de Iniciação Científica e Projeto de Extensão.

Em síntese, os dados coletados mostram que, do total de 1357 jovens, apenas 14% reincidiram, ao passo que 46,58% reincidiram pela primeira vez no intervalo máximo de seis meses. Analisando a incidência dos atos pelos reincidentes encontramos que o ato mais cometido foi o roubo e que no momento o jovem estava em grupo. Pôde-se observar também que os atos não eram cometidos no mesmo local que o primeiro.

Diante dos resultados obtidos, concluímos que, durante o período analisado (2009 – 2006), o índice de reincidência é pequeno, o que desconstrói a imagem de um jovem ligado a criminalidade e muitas vezes marginalizado. A ideia, vinda do senso comum, de que “uma vez infrator, sempre infrator” não se concretiza, eliminando o rótulo de “jovem revoltado” como generalização. Frases como essa demonstram o preconceito que os jovens sentem e sofrem principalmente os jovens pobres. Nesse sentido, se faz importante reforçar políticas públicas específicas para jovens, uma vez que em épocas de restrição de políticas voltadas para a juventude a reincidência já não se apresenta como uma prática recorrente entre os jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, reincidência, cidade.